

Abreu analisa venda de imóvel

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, recebe hoje a proposta de um anteprojeto de lei de sua assessoria para vender os 10.760 imóveis funcionais, 40 casas e mansões e 102 projeções de lotes e terrenos em Brasília. O projeto será remetido ao Congresso Nacional como parte do Programa de Emergência apresentado pelo Legislativo ao presidente José Sarney na semana passada.

“Estamos reduzindo gastos e aumentando receita”, justifica Everardo Maciel, coordenador da comissão interministerial que discutiu o assunto e estabeleceu critérios para a venda dos imóveis. Os 10.760 imóveis funcionais serão vendidos por um preço atualizado em BTN's, depois de calculado seu valor considerando o custo de produção, o fator de depreciação e fração ideal do terreno. A compra não é obrigatória.

O servidor público federal interessado em adquirir o imóvel que reside deve estar empregado no governo e morar no imóvel há pelo menos três anos. Além disso, não pode possuir imóvel em Brasília, o que lhe permitirá dar uma entrada equivalente a 20% do

valor estimado por laudo da Caixa Econômica Federal. O restante pode ser parcelado em até 25 anos, com taxas de juros de 6% ao ano.

Mansões — A venda das 40 mansões, casas e chácaras, incluídas as residências oficiais dos ministros, na Península do Lago Sul, obedecerá outro critério de venda. Depois de atualizado o valor do imóvel em BTN's haverá um leilão em que o lance mínimo corresponderá ao preço determinado pela CEF. “Nesse caso ninguém terá direito preferencial de compra”, ironiza Everardo Maciel, referindo-se à transitoriedade do cargo de ministro.

O governo federal aproveitará o projeto de lei para se desfazer de 102 projeções e lotes em Brasília, que também terão critérios de venda específicos. A venda dos imóveis regularizará o mercado imobiliário e permitirá a construção de cerca de 2.000 apartamentos e casas, além de gerar recursos para a implantação definitiva de Samambaia, uma nova cidade-satélite, a recuperação de escolas e hospitais, e a expansão do sistema de água e esgotos da cidade.